

CONCURSO PÚBLICO
CADERNO DE QUESTÕES
Comissão Nacional de Energia Nuclear



CNEN

Prova para o Cargo:

➤➤➤ **Analista em C&T Pleno 1**

Perfil: Analista Auditoria

➤➤ **ATENÇÃO** ➤➤

- Neste Caderno de Questões, você encontra:
 - 20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos;
 - 16 (dezesseis) questões de Língua Portuguesa;
 - 6 (seis) questões de Raciocínio Lógico;
 - 8 (oito) questões de Língua Inglesa.
- Confirase esta prova corresponde ao cargo/perfil no qual você se inscreveu.
- Só inicie a prova após a autorização do Fiscal de Sala.
- Duração máxima da prova: 4 (quatro) horas.
- Saída dos candidatos das salas: após 1 (uma) hora do início.
- Somente será permitido levar seu Caderno de Questões faltando 1 (uma) hora para o término da Prova.
- Os Fiscais de Sala não estão autorizados a prestar qualquer esclarecimento sobre a resolução das questões.
- Não é permitido que os candidatos se comuniquem entre si. É proibida também a utilização de equipamentos eletrônicos.
- Em cada questão só há uma opção correta de resposta, portanto evite rasurar seu Cartão de Respostas, pois em hipótese alguma ele será substituído.
- Não sobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Respostas; apenas confira seus dados, leia as instruções para seu preenchimento e assine no local indicado. É obrigatória sua assinatura no Cartão de Respostas.
- O gabarito Oficial da prova objetiva de múltipla-escolha será publicado no endereço eletrônico <http://www.tradecensus.com.br> no dia seguinte à realização da prova.
- Para exercer o direito de recorrer contra qualquer questão, o candidato deverá seguir as orientações constantes do item 10 do Edital/Manual do Candidato.

BOA PROVA

Conhecimentos Específicos

01) Dentre as definições dos princípios fundamentais de contabilidade, tem-se:

- I- O patrimônio da entidade não se confunde com os seus sócios ouacionistas.
- II- As receitas e despesas devem ser reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencerem.
- III- As mudanças nos ativos, passivos e expressão contábil do patrimônio líquido devem ser reconhecidas formalmente nos registros contábeis, logo que ocorrerem, ainda que os seus valores sejam razoavelmente estimados e as provas documentais posteriormente complementadas.

As definições acima correspondem, respectivamente, aos seguintes princípios contábeis:

- A) I - da Personalidade / II - da Periodicidade / III - da Continuidade;
- B) I - da Personalidade / II - da Periodicidade / III - da Oportunidade;
- C) I - da Entidade / II - da Competência / III - da Continuidade;
- D) I - da Entidade / II - da Competência / III - da Oportunidade;
- E) I - da Entidade / II - da Periodicidade / III - da Oportunidade.

02) A constituição da Reserva de Reavaliação de Ativo dá-se através do lançamento adébito da conta:

- A) de Despesas com Reavaliação de Ativo e crédito da conta de Resultado;
- B) de Despesas com Ágio e crédito da conta de Resultado;
- C) do bem que está sendo reavaliado e crédito da conta Receita de Reavaliação;
- D) do bem que está sendo reavaliado e crédito da conta de Patrimônio Líquido;
- E) de Despesas com Reavaliação de Ativo e crédito da conta de Patrimônio Líquido.

03) De acordo com a Lei 6.404/76, pode-se afirmar, acerca das debêntures, que:

- A) as debêntures da mesma série terão sempre igual valor nominal e conferirão a os seus titulares os mesmos direitos;
- B) a companhia poderá emitir mais de uma emissão de debêntures, desde que possuam mesmas características;
- C) a debênture deverá conter cláusula de correção monetária, aos mesmos coeficientes fixados para a correção dos títulos da dívida pública;
- D) a amortização de debêntures da mesma série que tenham vencimentos anuais distintos deverão ser feitos mediante sorteio ou com base na variação da taxa cambial;
- E) é proibido à companhia adquirir debêntures de sua emissão.

Considerando os dados abaixo, responda às questões 4 e 5:

Empresa X S.A.

Balancete de Verificação 31.12.2003 (em R\$)		
CONTAS	SALDOS FINAIS	
	Devedores	Credores
Banco Conta Corrente	9.600,00	
Caixa	500,00	
Comissões	950,00	
CMV	7.100,00	
Custo Receitas Exercícios Futuros	1.800,00	
Custo de Venda de Bens do Ativo Permanente	1.400,00	
Despesas com Depreciação	300,00	
Despesas Diversas	250,00	
Despesas Financeiras	540,00	
Devolução de Vendas	1.800,00	
Duplicatas a Receber	4.800,00	
Encargos Sociais	1.080,00	
Estoque Final de Mercadorias	1.000,00	
ICMS sobre Vendas	3.200,00	
Ordendados	2.200,00	
Veículos	1.800,00	
Capital Social	9.780,00	
Depreciação Acumulada de Veículos	520,00	
Descontos Obtidos	100,00	
Duplicatas Descontadas	800,00	
Fornecedores	2.200,00	
Receita de Exercícios Futuros	2.000,00	
Reserva Estatutária	1.000,00	
Vendas de Mercadorias	1.500,00	
Vendas de Bens do Ativo Permanente	20.220,00	
Total	38.120,00	38.120,00

04) Com base no Balancete da Empresa X S.A., os totais do Ativo e do Patrimônio Líquido, respectivamente, são:

- A) R\$13.380,00/R\$10.780,00;
- B) R\$16.380,00/R\$12.780,00;
- C) R\$13.380,00/R\$12.780,00;
- D) R\$16.380,00/R\$10.780,00;
- E) R\$13.380,00/R\$ 9.780,00.

05) Com base no Balancete da Empresa X S.A., os totais do Lucro Bruto e do Lucro Líquido, respectivamente, são:

- A) R\$8.120,00/R\$3.400,00;
- B) R\$8.520,00/R\$3.000,00;
- C) R\$8.120,00/R\$3.000,00;
- D) R\$8.520,00/R\$3.400,00;
- E) R\$8.220,00/R\$3.000,00.

06) Considere os dados abaixo sobre determinada empresa.

Bancos	R\$4.600,00
Caixa	R\$2.500,00
Capital	R\$10.000,00
Clientes	R\$9.000,00
CMV	R\$8.000,0
Despesas com Ordenados	R\$9.580,00
Duplicatas a Pagar	R\$3.400,00
Impostos sobre Vendas	R\$4.500,00
INSS a Pagar	R\$1.500,00
Mercadorias	R\$2.500,00
Ganhos na alienação de Imobilizado	R\$3.000,00
Receita Bruta de Vendas	R\$23.000,00
Seguros a Amortizar	R\$500,00

O Resultado Operacional Líquido da referida empresa é:

- A) (R\$1.580,00);
- B) (R\$2.800,00);
- C) R\$ 3.920,00;
- D) R\$ 3.420,00;
- E) R\$ 920,00.

07) São objetivos da auditoria governamental:

- A) avaliar o desempenho administrativo e operacional das unidades da administração direta e entidades supervisionadas;
- B) verificar controle e utilização dos bens e valores sob uso e guarda dos administradores ou gestores;
- C) examinar a observância da legislação federal específica e normas correlatas;
- D) verificar e avaliar os sistemas de informação e a utilização dos recursos computacionais das unidades da administração direta e entidades supervisionadas;
- E) apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos das unidades da administração direta e entidades supervisionadas.

08) Com relação às diversas formas de auditoria governamental existentes, é correto afirmar que a forma:

- A) direta é realizada sob a coordenação direta do órgão central com a utilização de Analistas de Finanças e Controle em exercício no DTN e nos órgãos setoriais e/ou seccionais do Sistema;
- B) indireta é realizada com a utilização de auditores de uma entidade para, em conjunto com os Analistas de Finanças e Controle do órgão setorial ou seccional, sob a coordenação do órgão setorial, desenvolverem trabalhos específicos na própria entidade auditada ou num terceira;
- C) integrada é realizada com a utilização de Analistas de Finanças e Controle, com atribuição de auditoria, em exercício no órgão central ou setorial do Sistema;
- D) subsidiária é realizada pela respectiva unidade de auditoria interna das entidades em exame, sob a orientação do órgão setorial do Sistema;
- E) compartilhada é realizada por firmas ou empresas privadas de auditoria, contratada em caráter supletivo devido às situações excepcionais, sob a supervisão dos órgãos central ou setoriais do Sistema.

09) Com relação aos diversos tipos de auditoria governamental existentes, é certo afirmar que a Auditoria:

- A) Especial objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizadas para atender determinação do Presidente da República, Ministros de Estado ou por solicitação de outras autoridades;
- B) Operacional objetiva emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração dos valores e outros bens da União ou aqueles confiados;
- C) de Gestão atua nas áreas inter-relacionadas do órgão/entidade, avaliando a eficácia dos seus resultados em relação aos recursos materiais, humanos e tecnológicos disponíveis, bem como a economicidade e eficiência dos controles internos existentes para a gestão dos recursos públicos;
- D) de Programas objetiva assegurar a adequação, privacidade dos dados e informações oriundas dos sistemas eletrônicos do processamento de dados, observando as diretrizes estabelecidas na legislação específica;
- E) Contábil objetiva acompanhar, examinar e avaliar a execução de projetos governamentais específicos, bem como a aplicação dos recursos descentralizados.

10) No âmbito do serviço público, a opinião do Analista de Finanças e Controle, com atribuição de auditoria, deve ser expressa através de Relatório e/ou Parecer de Auditoria. São tipos de pareceres da Auditoria Governamental os pareceres:

- A) com ressalva/sem ressalva/adverso;
- B) pleno/restritivo/de irregularidade;
- C) adverso/sem ressalva/de irregularidade;
- D) restritivo/pleno/decomabstenção de opinião;
- E) afirmativo de fraude/restritivo/deadverso.

11) Um dos procedimentos empregados pela auditoria governamental é o dos exames parciais, também chamado de prova seletiva ou de amostragem. Os tipos básicos de amostragem são a estatística e o julgamento. O tipo de amostragem estatística mais adequada a ser utilizada, quando do exame de itens cujo valor apresenta grande variedade, é a amostragem:

- A) aleatória simples;
- B) exploratória;
- C) por estratificação;
- D) por intervalo;
- E) eliminatória.

12) A auditoria poderá apresentar formas diversas, cada uma delas com características peculiares. A classificação da forma da auditoria que realiza exames parciais sem a aplicação de todas as normas de auditoria, realiza uma revisão analítica de todos os registros contábeis e pode ser repetida ou renovada periodicamente é a auditoria:

- A) parcial/integral/permanente;
- B) parcial/integral/periódica;
- C) parcial/portestes/periódica;
- D) de revisão limitada/integral/permanente;
- E) de revisão limitada/portestes/permanente.

13) "Todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio". Esta é a definição de:

- A) procedimentos de auditoria interna;
- B) procedimentos de auditoria externa;
- C) manual de procedimentos;
- D) controles internos;
- E) código de ética procedural.

14) Os papéis de trabalho de auditoria devem ser organizados e juntados segundo sua finalidade. A forma mais prática é de mantê-los em pastas apropriadas. Abaixo relacionam-se pastas que se consideram apropriadas para a organização desses papéis de trabalho, EXCETO a pasta:

- A) de Correspondência;
- B) de Manual de Procedimentos;
- C) de Análises das Contas;
- D) de Assuntos da Auditoria;
- E) Permanente.

15) Dentre todos os relatórios gerados pela contabilidade, o relatório considerado o pivô dos trabalhos de auditoria é denominado:

- A) Demonstração do Resultado do Exercício;
- B) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;
- C) Balanço Patrimonial;
- D) Diário;
- E) Balanço do Razão.

16) A principal vantagem que a auditoria oferece à riqueza patrimonial, sob o aspecto econômico, é:

- A) assegurar maior exatidão dos custos e veracidade dos resultados;
- B) contribuir para redução de improbidade de empregados e administradores;
- C) possibilitar melhor controle dos bens que fazem parte do patrimônio;
- D) contribuir para a maior adequada utilização das contas;
- E) resguardar créditos de terceiros contra possíveis fraudes.

17) Uma das principais vantagens oferecida por um adequado processo de auditoria para o investidor é:

- A) fiscalizar a eficiência dos controles internos;
- B) assegurar maior correção dos registros contábeis;
- C) assegurar maior exatidão dos resultados apurados;
- D) permitir maior exatidão das demonstrações contábeis;
- E) contribuir para a maior observância das leis fiscais.

18) São consideradas normas gerais de auditoria operacional, EXCETO:

- A) os auditores devem ter, no conjunto, proficiência profissional para sedes incumbirem das tarefas eles confiadas;
- B) a organização de auditoria e os auditores, individualmente, não devem ter sua independência prejudicada, mantendo anasaltitudes e sena aparência;
- C) o trabalho deve ser adequadamente planejado e supervisionado e corroborado por papéis de trabalho corretamente feitos;
- D) devem exercer o profissional a fazer a auditoria e preparar o relatório;
- E) o auditor deve comunicar qualquer limitação imposta a o escopo do exame.

19) A possibilidade de emissão de uma opinião tecnicamente inadequada sobre as demonstrações contábeis significativamente incorretas chama-se risco:

- A) de controle;
- B) sistêmico;
- C) de detecção;
- D) inerente;
- E) de auditoria.

20) O procedimento de auditoria independente que consiste na obtenção de informações das instituições que emprestaram recursos financeiros à entidade auditada é denominado:

- A) investigação e confirmação;
- B) cut-off;
- C) stop-or-go;
- D) revisão analítica;
- E) teste de observância.

Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às perguntas que seguem.

Texto:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS ÍNDIOS
Relatório ao Governo do Estado de Alagoas
(fragmento)

Exmo. Sr. Governador:

Trago a V. Ex^a. um resumo dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Palmeira dos Índios em 1928.

5 Não foram muitos, que os nossos recursos são exíguos. Assim minguados, entretanto, quase insensíveis, o observador afastado, que desconheça as condições em que o Município se achava, muitas vezes custaram.

COMEÇOS

10 O PRINCIPAL, o que sem demora iniciei, o de que dependiam todos os outros, segundo creio, foi estabelecer alguma ordem na administração.

15 Havia em Palmeira inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos, o Comandante do Destacamento, os soldados, outros que desejassesem administrar. Cada pedaço do Município tinha a sua administração particular, com Prefeitos Coronéis e Prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogavam.

20 Para que semelhante anomalia desaparecesse lutei com tenacidade em contrariedade a obstáculos dentro da Prefeitura e fora dela - dentro, uma resistência mole, suave, de algodão em rama; fora, uma campanha sorna, oblíqua, carregada de bálsimo. Pensavam uns que tudo ia bem nas mãos de Nosso Senhor, que administraram hordas que todos nós, outros medavam três meses para levar um tiro.

25 Dos funcionários que em controles janeiro do ano passado restam poucos: saíram os que faziam política e os que não faziam coisa nenhuma. Os que eram não se metem denão são necessários, cumprem suas obrigações e, sobretudo, não se enganam em contas. Devem muito a eles.

30 Não se é administrador do Município é boa oura im. Talvez pudesse ser pior.

RECEITA E DESPESA

35 Areceita, orçada em 50.000\$000, subiu, apesar de não ter sido péssimo, a 71.649\$290, que não foram sempre bem aplicados por dois motivos: porque não me gabo de empregar dinheiro com inteligência e porque fiz despesas que não faria se elas não estivessem determinadas no orçamento. (...)

EVENTUAIS

40 Houve 1.069\$700 de despesas eventuais: feito econserto de medidas, materiais para aferição, placas. 724\$000 foram separauniformizar as medidas pertencentes ao Município. Os litros que tinham mil quatrocentos gramas. E malgumas aldeias subiam, em outras desciam. Os negociantes de cal usavam caixões de querosene e caixões de sabão, a que arrancavam tábuas, para enganar o comprador. Fui 45 descaradamente roubado em compras de cal para os

trabalhos públicos.

CEMITÉRIO

Nos cemitérios enterraram 189\$000 - pagamento ao coveiro e conservação. (...)

ADMINISTRAÇÃO

A administração municipal absorveu 11.457\$497 - vencimentos do Prefeito, de dois secretários (um efetivo, outro aposentado), de dois fiscais, de um servente; impressão de recibos, publicações, assinatura de jornais, livros, objetos necessários à secretaria, telegramas.

55 Relativamente à quantia orçada, os telegramas custaram pouco. De ordinário vai para eles dinheiro considerável. Não há vereda aberta pelos matutos, forçados pelos inspetores, que prefeitura do interior não oponha arame, proclamando que a coisa é feita por elas; comunicam-se as datas históricas ao Governo do Estado, que não precisa disso; todos os acontecimentos políticos são badalados. Porque se derrubou a Bastilha um telegrama; porque se deitou uma pedra na rua um telegrama; porque o deputado F. esticou a canela um telegrama. Dispêndio útil. Toda 60 agentes sabe que é stopor aquiva bem, que o deputado morreu, que nós choramos e que em 1559 D. Pedro Sardinha foi comido pelos caetés. (...)

CONCLUSÃO

Procurei sempre os caminhos mais curtos. Nas estradas que se abriram há curvas e as retas foram 75 inteiramente impossíveis.

Evitei maranhão - me em tais de aranha.

Certos indivíduos, não sei por que, imaginam que devem ser consultados; outros se julgam autoridade bastante para dizer aos contribuintes 80 não paguem impostos.

Não me entenda com esses.

Há quem ache tudo ruim, e ria constrangidamente, e escreva cartas anônimas, e adoeça, e se morda por não ver a infalível maroteirazinha, a abençada canhice, preciosa para quem a pratica, mais preciosa ainda para os que dela se servem como assunto invariável; há quem não comprehenda que um ato administrativo seja justo 85 lucro pessoal; há até quem pretenda embaraçar - me em coisas tão simples como mandar quebrar as pedras dos caminhos.

90 Fechei os ouvidos, deixei gritarem, arrecadei 1.325\$500 demultas.

Não favoreci ninguém. Devo ter cometido 95 numerosos desmandos. Todos os meus erros, porém, foram de inteligência, que é fraca.

Perdi vários amigos, ou indivíduos que possam ter semelhante nome.

Não me fizeram falta.

Há descontentamento. Se a minha estada na Prefeitura por estes dois anos dependesse de um plebiscito, talvez eu não obtivesse dez votos. Paz e prosperidade.

100 Palmeirados Índios, 10 de janeiro de 1929.
Graciliano Ramos

(RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. 14 ed. São Paulo: Record, 1984, p. 165-174.)

21) O escritor Graciliano Ramos exerceu o mandato de Prefeito em Palmeirados Índios, interior de Alagoas, por dois anos, ao fim dos quais redigiu o relatório acima, encaminhado ao Sr. Governador do Estado, dando conta de sua administração. Lendo-se com atenção as partes do relatório transcritas acima e considerando-se as normas estabelecidas para a redação de relatórios, pode-se afirmar que o texto do Prefeito Graciliano Ramos:

- A)** está rigorosamente de acordo com as normas de redação de relatórios, em razão da objetividade e da clareza do texto;
- B)** contraria por completo as normas de redação de relatórios, pela falta de exatidão das informações apresentadas;
- C)** é uma peça de redação técnica, mas produzida com elementos de redação literária, por força da combinação de dados objetivos com outros repletos de subjetividade;
- D)** tem a extensão própria dos relatórios técnicos, mas limita-se a apresentar a opinião do denunciador sobre os dados que são o objeto de informação;
- E)** não pode ser considerado um relatório, no sentido exato da palavra, mas uma peça literária produzida para impressionar Sua Excelência o Governador do Estado.

22) No item “Começos”, o autor refere-se aos obstáculos que encontrou, dentro e fora da Prefeitura, para poder organizá-la administrativamente. Pela maneira como descreve, é possível entender que os obstáculos eram, respectivamente:

- A)** a incompetência de funcionários e a falta de educação de departados e habitantes da cidade;
- B)** a insídia e a arquitetada por funcionários e a má educação espalhada por cidadãos descontentes;
- C)** a insatisfação dos barnabés por causa dos baixos salários e a falta de perspectiva dos habitantes por causa da miséria em que viviam;
- D)** o descontentamento dos funcionários em virtude da carga maior de trabalho e as manifestações dos contribuintes contrários ao aumento da carga tributária;
- E)** a revolta de funcionários ameaçados de demissão e ameaça de coronéis insatisfeitos com a nova ordem.

23) No item “Receita e Despesas”, depois de referir-se a um arrependimento que se refere a 50% superior à prevista no orçamento, o autor atribui a dois fatores a aplicação nem sempre adequada do dinheiro público arrecadado. Tais fatores podem ser resumidos da seguinte forma:

- A)** a incompetência do Prefeito para realizar obras públicas e a desonestade dos antecessores na aplicação do dinheiro público;
- B)** a imodéstia do administrador naval que não produziu a publicidade do poder legislativo e determinou as prioridades de gastos públicos;
- C)** as amarras legais a que estão submetidos os administradores e a inversão de prioridades em orçamentos malefícos;
- D)** as limitações determinadas por um balanço que ciente de intelectualidade e a inconsistência de um orçamento elaborado para o levar o Município à falência;
- E)** a modéstia do gestor quanto à própria capacidade administrativa e a falta de zelo na elaboração do orçamento.

24) No item “Eventuais”, fica claro que as despesas referidas tiveram, essencialmente, o efeito:

- A)** moralizar o policial esco;
- B)** punir e excluir;
- C)** disciplinar e anti-inflacionário;
- D)** regular e corretivo;
- E)** preventivo e denunciativo.

25) No item “Cemitério”, explica-se o emprego do verbo enterrá como:

- A)** uma metafora sugerida pelo contexto;
- B)** um desvio semântico involuntário do autor;
- C)** uma forma de desvalorizar gastos públicos com necrópoles;
- D)** uma visão negativa que se tem da morte;
- E)** um desvio insólito de estilo de um escritor clássico.

26) No item “Administração”, o autor relacionou os vários motivos utilizados pelos esbanjadores do dinheiro público para justificar a remessa de telegramas, entre os quais NÃO se encontra:

- A)** divulgação de obras públicas;
- B)** informações sobre eventos históricos;
- C)** anúncio de crimes des vendados pela polícia;
- D)** comunicação de acontecimentos políticos;
- E)** comunicação de falecimento.

27) No item “Conclusão”, com a expressão “Evitei emaranhar-me em teias de aranha” o Prefeito quis dizer que:

- A)** furtou-se a depreender obras públicas de fachada, sem interesse para a população;
- B)** esquivou-se de condutas que pudesse comprometer sua autoridade;
- C)** desviou-se da política que permitisse a sua adesão a adversários que pediam a cassação do seu mandato;
- D)** preservou-se da contaminação de opiniões que desafiavam sua autoridade;
- E)** relegou-se segundo o plano às manifestações contrárias à sua gestão.

28) No trecho “Não foram muitos, que os nossos recursos são exíguos” (linhas 5-6), para que se mantenha o sentido original do texto, a palavra sublinhada só NÃO pode ser substituída por:

- A) portanto;
- B) porque;
- C) pois;
- D) porquanto;
- E) dado que.

29) Para o adequadão de entendimento do texto, é preciso interpretar que o sujeito do verbo custaram (linha 9) é:

- A) “nossos recursos”;
- B) “Prefeitura de Palmeirados Índios”;
- C) “as condições em que o Município se achava”;
- D) “trabalhos realizados”;
- E) “o observador fastidioso”.

30) Nos itens abaixo, alterou-se a redação da oração sublinhada no trecho “o que dependiam todos os outros” (linhas 10-11), observando-se as normas de régencia quanto ao emprego do pronome relativo. A opção em que se constata erro de régencia é:

- A) o que recorre a todos os outros;
- B) o com que partilham todos os outros;
- C) o para onde se dirigem todos os outros;
- D) o em que confiam todos os outros;
- E) osobre que se referem todos os outros.

31) Dirigindo-se ao Governador de Alagoas, o Prefeito usaria forma de tratamento Vossa Excelência. Se ele estivesse dirigindo-se ao Presidente do Tribunal de Justiça daquele Estado, usaria forma de tratamento:

- A) Sua Majestade;
- B) Vossa Eminência;
- C) Sua Magnificência;
- D) Vossa Excelência;
- E) Vossa Senhoria.

32) Entre as duas orações que compõem o trecho “Para que semelhante anomalia desaparecesse lutei com tenacidade” (linhas 20-21), depreende-se uma relação de sentido de:

- A) concessão e restrição;
- B) causa e consequência;
- C) finalidade e meio;
- D) condição e pressuposição;
- E) comparação e figuração.

33) Ao se escrever a parte sublinhada do trecho “A receita, orçada em 50.000\$, subiu, apesar de o ano ter sido péssimo, a 71.649\$290” (linhas 36-37), alterou-se o sentido original em:

- A) a despeito de o ano ter sido péssimo;
- B) contanto que o ano tenha sido péssimo;
- C) ainda que o ano tenha sido péssimo;
- D) péssimo que o ano tenha sido ótimo;
- E) tendo sido péssimo o ano.

34) No trecho “Os litros que tinham quatrocentos gramas” (linhas 45-46), o autor usou o substantivo **grama** (unidade de peso) no gênero masculino, conforme determina a norma culta da língua. Das frases abaixo, aquela em que há impropriedade de emprego de substantivo quanto a gênero gramatical é:

- A) Omaridodenunciousuacônjugeaodelegado.
- B) Amarcadacalestavaestampadanomonumento.
- C) Ojogadortinhafraturadoaomoplata.
- D) Descobriu-se um novo estratagema para atrair a freguesia.
- E) O champanhe francês é servido na festa.

35) A forma grifada no trecho “Certos indivíduos, não sei por que, imaginam que devem ser consultados” (linhas 78-79) está corretamente grafada, com os elementos separados. A mesma forma terá os elementos grafados juntos, em não separados, na frase:

- A) Tenho para mim que a medida por que lutei era desnecessária.
- B) O Prefeito quer saber por que os funcionários não compareceram.
- C) Ainda se discutia por que a obra não tinha sido feita.
- D) As razões porque o Prefeito executou a obra eram muitas.
- E) Porque não queria ouvi-los, fechou os ouvidos.

36) Das alterações propostas abaixo para a redação da parte sublinhada no trecho “Se a minha estada na Prefeitura por estes dois anos dependesse de um plebiscito, talvez eu não obtivesse dez votos” (linhas 101-103), há erro de flexão sobre balem:

- A) talvez eu não requisesse dez votos;
- B) talvez eu não dispusesse de dez votos;
- C) talvez eu não oantevisse dez votos;
- D) talvez eu não interviewasse dez votos;
- E) talvez eu não desfizesse dez votos.

Raciocínio Lógico

37) Se n for um número inteiro, pode-se concluir que:

- A) Se $1 \leq n < 100$, então n assume 100 valores;
- B) Se $3 < n < 99$, então n assume 94 valores;
- C) Se $2 \leq n < 104$, então n assume 102 valores;
- D) Se $1 \leq n \leq 100$, então n assume 101 valores;
- E) Se $1 \leq n \leq 97$, então n assume 96 valores.

38) Aplicou-se um teste de aptidão esportiva a 1.240 crianças e constatou-se que 31 tinham forte aptidão para natação. Neste caso, pode-se concluir que a taxa de crianças com forte aptidão para natação é:

- A) 5%;
- B) 20 pormil;
- C) 4%;
- D) 25 pormil;
- E) 30 pormil.

39) Em um tanque com 200 litros de água, foram derramados 50 litros de álcool. A mistura resultante ficou com:

- A) 20% de álcool;
- B) 25% de álcool;
- C) 23% de álcool;
- D) 18% de álcool;
- E) 15% de álcool.

40) Os números x_n são definidos pela seguinte lei de formação: $x_1 = 1$; $x_n = 2x_{n-1} + x_1$, se $n > 1$. Neste caso, pode-se afirmar que:

- A) $x_6 = 64$;
- B) $x_5 = 31$;
- C) $x_3 = 5$;
- D) $x_4 = 11$;
- E) $x_2 = 2$.

41) João tinha que embarcar em um voo com o maior número de horas. Calculou o tempo disponível e concluiu que, se antes fosse visitar a irmã, ele chegaria para embarcar às 9 horas e 40 minutos. Neste cálculo, ele considerou uma margem de erro e decidiu fazer a visita sem medo de perder o voo. Sabendo que esta margem é a maior possível dentre as que estão transcritas abaixo, pode-se concluir que a margem foi de:

- A) 5 minutos;
- B) 9 minutos;
- C) 15 minutos;
- D) 21 minutos;
- E) 25 minutos.

42) É fato bem conhecido que todas as baleias vivem na água. Considerando-se apenas este fato, pode-se concluir que:

- A) peixes não são baleias porque não têm pulmões;
- B) baleias não são peixes porque não têm pulmões;
- C) cavalos não são baleias porque são quadrúpedes;
- D) baleias são mamíferos porque os filhotes mamam;
- E) bois não são baleias porque não vivem na água.

Read two of the various "Frequently Asked Questions" on the use of Nuclear Energy in the USA, found and adapted from <http://www.nuc.umr.edu/~ans/QA.html>, and choose the most appropriate option for each question according to the text.

waste. Also encouraged are joint efforts among several states for a shared site. 55

Nuclear Waste - FAQ's

1 - Why hasn't the waste disposal question been resolved before now?

The high-level radioactive waste disposal question has not been resolved because it has neither been 05 politically advantageous nor physically necessary to do so. Used fuel from commercial reactors has been safely kept in water-filled pools at the reactor sites. However, several methods for handling these wastes have been worked out scientifically.

10 The federal government is responsible for disposing of high-level radioactive waste. These wastes include used fuel or materials left after reprocessing the used fuel. The waste will be in solid form.

15 The Nuclear Waste Policy Act of 1982 details a method and timetable for site selection, construction, and operation of high-level nuclear waste repositories. The first site is expected to be in operation around the turn of the century. This will be for permanent geological 20 disposal in a stable formation far below the surface of the earth. Safe waste processing and handling techniques are known; it is a question of resolving the political and location issues, and then putting the techniques into practice.

25 2 - What are low-level wastes and how are they disposed of?

Low-level wastes contain little radioactivity. They require little or no shielding, and no cooling. They consist of the discarded disposable protective 30 clothing from the medical facilities and nuclear power plants, water-treatment resins and filters, compacted trash, contaminated lab equipment, plastics, metals, and liquids. They are the result of good housekeeping practice in which non-radioactive waste is separated 35 from slightly contaminated waste.

Most low-level wastes are solidified, put into drums and buried at a commercial disposal site. There they are placed at the bottom of trenches (about 20 feet deep). At the Barnwell, SC, site, for example, trenches 40 are backfilled with sand and covered in clay each day to keep moisture from getting in. When full, trenches are mounded and capped with clay, and finished off with a foot of top-soil. Grass is planted to help prevent erosion. The collection, transportation and burial of 45 low-level radioactive wastes are all closely monitored and controlled by the Department of Transportation and the Nuclear Regulatory Commission.

When properly managed, these low-level wastes do not pose a hazard. The industry now has 30 years of 50 experience in handling and shipping these materials. There has never been an accident with these wastes that had serious health results due to radioactivity.

The 1980 Low-Level Waste Policy Act makes each state responsible for providing the disposal of its own

waste. Also encouraged are joint efforts among several

states for a shared site.

(adapted from <http://www.nuc.umr.edu/~ans/pages41-.html>)

43) The text above contains two questions which discuss the following topics respectively:

- A) high-level nuclear waste/commercial reactors;
- B) commercial reactors/the disposal of low-level nuclear waste;
- C) the disposal of nuclear waste in general / running nuclear power plants;
- D) the disposal of high-level waste/the disposal of low-level waste;
- E) the disposal of high-level wastes / the 1980 Waste Policy Act.

44) In "necessary to do so" (lines 5-6), so refers to:

- A) resolving the question;
- B) discussing the question;
- C) disposing of the waste;
- D) readdressing the question;
- E) using nuclear reactors.

45) Water-filled pools are used to keep:

- A) low-level waste in solid form;
- B) low-level waste in any form;
- C) commercial reactors;
- D) reprocessed low-level fuel;
- E) high-level nuclear waste.

46) How is low-level waste processed in order to be disposed of? After being solidified, it is:

- A) packed into drums and buried;
- B) buried at a commercial site;
- C) wrapped up and buried in trenches;
- D) kept in water-filled tanks;
- E) put into drums and kept in water-filled tanks.

47) Burying low-level waste requires that the trenches should be:

- A) filled with a layer of clay and another of cement;
- B) filled with two thick layers of concrete mixed with clay;
- C) filled with a layer of sand, a layer of clay and another of earth;
- D) covered with a special kind of grass that grows on layers of clay;
- E) covered in clay before being filled with soil and a layer of concrete.

48) Clay is constantly spread over the sand in partially filled trenches in order to:

- A) avoid erosion;
- B) keep the trenches dry;
- C) keep the trenches damp;
- D) keep the trenches wet;
- E) prevent radioactivity from leaking.

49) The handling of low-level waste has over the past three decades proven to be:

- A)** pretty harmful;
 - B)** far too risky;
 - C)** terribly damaging;
 - D)** very dangerous;
 - E)** fairly safe.
-

50) The phrase “good housekeeping practice” (lines 33-34) has been used to refer to:

- A)** the adequate process of cooling used fuel from reactors;
 - B)** the appropriate way of handling radioactive material;
 - C)** the correct way of running medical facilities as well as water treatment plants;
 - D)** the recommended way of dealing with used fuel from reactors;
 - E)** the adequate choice of protective clothing at medical facilities.
-